(*) Florentino Cardoso

A saúde pública depende da nossa assinatura

Saúde foi a área com pior avaliação no primeiro ano de gestão da presidente Dilma Rousseff segundo pesquisa Datafolha. Dentre os problemas destacam-se gestão, corrupção e subfinanciamento. Embora o governo federal seja a instância que mais arrecada, está se desonerando proporcionalmente quando comparamos os investimentos de estados e municípios. O setor carece de recursos para atender adequadamente aos quase 150 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil tem recursos para alocar na saúde, porém é preciso que a área seja priorizada.

As entidades médicas lutam há muitos anos por mais recursos para a saúde pública. O texto da Emenda Constitucional 29 aprovado em 2000, regulamentado em dezembro de 2011 e sancionado com 15 vetos pela Presidência da República em 15 de janeiro de 2012, frustrou nossa expectativa. A União não aportará recursos como necessitamos, nem estabeleceu mecanismos de fiscalização e punição a estados e municípios que não cumprirem os porcentuais mínimos de aplicação no setor, respectivamente, 12% e 15% das suas receitas.

Diante desse quadro, em 3 de fevereiro, foi lançado o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que propõe rever a Lei 141/12 (EC 29), defendendo porcentual de no mínimo 10% da Receita Corrente Bruta da União para a saúde, montante estimado em R$ 35 bilhões para 2012. Liderado pela Associação Médica Brasileira, Ordem dos Advogados do Brasil e Academia Nacional de Medicina, o projeto conta com apoio de importantes entidades médicas nacionais: Associação Paulista de Medicina; Conselho Federal de Medicina, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Confederação Nacional dos Trabalhadores de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e a Federação Brasileira dos Hospitais e Grupo Hospitalar, segmentos das Igrejas e várias outras entidades.

Para que a mobilização tenha sucesso, é preciso coletar pelo menos 1,5 milhão de assinaturas (1% do eleitorado nacional), distribuídos em pelo menos cinco Estados (0,3% dos eleitores de cada um) e apresentar esse material à Câmara dos Deputados. Depois o projeto seguirá a tramitação normal no Congresso.

A população precisa saber como são aplicados os recursos arrecadados pela União, especialmente porque temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Cada dia mais os brasileiros têm como "objeto de desejo" depois da casa própria, ter plano de saúde, comprovando a falência do SUS. Como não priorizar a saúde, nosso bem maior?

Nas principais cidades e capitais brasileiras, há filas de espera para consultas, exames e cirurgias. As grandes emergências estão superlotadas, com muitos pacientes em macas nos corredores, em cadeiras improvisadas ou até no chão. Alguns morrendo por falta de atendimento adequado. Mortes que seriam evitáveis se o SUS funcionasse como deveria.

Vamos mudar esse cenário, mostrando a força do povo, colhendo milhares de assinaturas no Projeto de Lei de Iniciativa Popular para que a União coloque mais recursos na saúde! Os médicos lutam por solução para o caos do setor. Acreditamos no SUS como concebido e lutamos por melhorias.

A saúde pública precisa melhorar, o povo brasileiro merece respeito.

Para saber mais detalhes do projeto e como imprimir a ficha de assinaturas, acesse www.amb.org.br.

Florentino Cardoso

(*) Florentino Cardoso
Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)